

# AS COMPETÊNCIAS COMO ESTRATÉGIA DE CAPTURA SUBJETIVA DA CLASSE TRABALHADORA EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITALISMO

## THE COMPETENCY AS A STRATEGY OF WORKING CLASS SUBJECTIVE CAPTURE IN TIMES OF CAPITALISM CRISIS

## LAS HABILIDADES COMO ESTRATEGIA PARA CAPTAR LA SUBJETIVIDAD DE LA CLASE OBRERA EN TIEMPOS DE CRISIS DEL CAPITALISMO

Matheus Rufino Castro<sup>1</sup>  
Leandro Martins Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo almeja refletir sobre a atual crise do capitalismo e as contradições presentes nas respostas burguesas a essa crise, sobretudo no campo da educação. Para tanto, buscamos dialogar com Philippe Perrenoud, um dos principais sistematizadores da “pedagogia das competências”, que é a principal resposta burguesa no nível pedagógico, e investigar o seu papel na estruturação da BNCC. Entendemos que a “pedagogia das competências” seja uma resposta fundamental da burguesia a fim de subordinar a educação aos limites e necessidades do capital, incidindo na formação subjetiva da classe trabalhadora, com o objetivo de produzir desejo na classe trabalhadora e evitar a formação de qualquer consciência mais crítica à ordem do capital. Com isso, concluímos que lutar contra as propostas educacionais burguesas deve ser lutar contra o capitalismo pela afirmação de uma nova estrutura social, o socialismo, em que apenas aí a educação que queremos e merecemos será, de fato, uma realidade.

**Palavras-chave:** Crise do capitalismo. Pedagogia das Competências. Subjetividade.

**Abstract:** This study aims to reflect about the current crisis of capitalism and the contradictions present in the bourgeois answers to that crisis, especially in the field of education. Therefore, we seek to dialogue with Philippe Perrenoud, on of the main organizers of “pedagogy of competences”, wich is the main bourgeois response at the pedagogical level, and investigate its role in structuring the BNCC. We understand that the “pedagogy of competences” is a kew answer from bourgeois in order to subordinate education to the limits and the needs of capital, focusing on the subjective formation of the working class, with the aim of producing desire at working class and prevent the formation of any critical conscience to the order of capital. With that, we conclude that fight against the bourgeois educational proposals has to be fight agains the

---

<sup>1</sup> Doutorado em Educação/UERJ, Professor de Educação Física no Colégio Pedro II, Campus Duque de Caxias, Coordenador do Núcleo de Estudos em Educação e Realidade Brasileira (NEEREBRA/CPII). matheusefufjrj@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor de Educação Física do Colégio Pedro II – Campus Engenho Novo I –, Doutorando em Educação - PPGE/UFRJ –, membro do Núcleo de Pesquisa em Trabalho e Educação – NUPETE/IEF-UFF – e do Núcleo de Estudos em Educação e Realidade Brasileira (NEEREBRA/CPII).

capitalism for the sake of affirmation of a new society structure, the socialism, where only there we will have the education the we want and deserve.

**Keywords:** Capitalism crisis. Pedagogy of competences. Subjectivity.

**Resumen:** Este estudio pretende reflexionar sobre la crisis actual del capitalismo y las contradicciones presentes en las respuestas burguesas a esta crisis, especialmente en el campo de la educación. Por ello, buscamos dialogar con Philippe Perrenoud, un de los principales organizadores de la “pedagogía de las competencias”, cual es la principal respuesta burguesa a nivel pedagógico, e investigar su papel en la estructuración de la BNCC. Entendemos que la “pedagogía de las competencias” es una respuesta fundamental de la burguesía para subordinar la educación a los límites y necesidades del capital, centrándose en la formación subjetiva de la clase obrera, con el objetivo de producir deseo en esta clase y evitar la formación de cualquier conciencia crítica hacia el orden del capital. Con esto, concluimos que luchar contra las propuestas educativas burguesas debe ser luchar contra el capitalismo para afirmación de una nueva estructura social, el socialismo, en el que solo así se hará realidad la educación que queremos y merecemos.

**Palabras clave:** Crisis del capitalismo. Pedagogía de las Competencias. Subjetividad.

## 1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura coloca para a classe trabalhadora um conjunto bastante complexo de tarefas em decorrência da crise do capitalismo. Consoante a isso, vivemos no Brasil um momento dramático, com a tentativa de um golpe fascista no dia 08 de janeiro após a vitória eleitoral de Lula, ainda que limitada às eleições, contra o projeto fascista personificado por Jair Bolsonaro, reeditando o 06 de janeiro do Capitólio estadunidense, após a derrota eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA).

A ascensão mundial da alternativa fascista como resposta à crise do capitalismo reedita um padrão, logo, não pode ser considerada “um raio em céu azul”. No Brasil, ainda mais, o ideário fascista sempre se apresentou com bastante força, lembrando que abrigamos aqui no século passado o Partido Integralista, o maior partido fascista fora da Europa. Com isso, não se deve olvidar que o fascismo é sempre uma possibilidade do capitalismo, sobretudo em seus momentos de crise estrutural, como a que vivemos.

Ainda assim, a vitória eleitoral de Lula, apesar de apresentar um freio temporário à escalada fascista, não rompe, pelo contrário, reafirma o conjunto de balizas sistêmicas do capitalismo, sobretudo o ideário neoliberal como a atual disputa em torno do orçamento, como a prioridade máxima dada à “responsabilidade fiscal”. Mesmo uma promessa de campanha como o aumento real do salário mínimo, que não

tem nada de revolucionário, ficou em segundo plano diante das preocupações com o “mercado”.

No campo da educação não é diferente. Apesar de haver um freio na política de desmonte da educação pública, de controle ideológico e imposição de uma pauta reacionária, as políticas neoliberais estruturantes para a educação brasileira que foram implementadas no governo golpista de Temer e por Bolsonaro não sofrem qualquer tentativa de reversão, já que foram gestadas por muitos dos “consultores e consultoras” educacionais do Governo Lula, como o Todos Pela Educação (TPE). Não há qualquer sinal de mudança ou revogação de políticas como a Contrarreforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que já era de se esperar, já que suas balizas se originaram no governo Dilma e foram acelerados e implementados após o Golpe de 2016.

Dessa forma, se antes havia um claro inimigo para a classe trabalhadora, o fascista Jair Bolsonaro, agora, diante do amplo arco de alianças da política de conciliação e subordinação da classe trabalhadora promovida por Lula, o cenário fica muito mais nebuloso em termos de organização de uma resistência e de afirmação de um projeto próprio por parte da classe trabalhadora, em especial um projeto societário socialista, já que isso implica não apenas criticar mas combater o núcleo duro do petismo.

A “Pedagogia das Competências”, que tem origem junto com o próprio neoliberalismo e agora é o sustentáculo ontológico da BNCC, possui uma série de impactos que afetam sobremaneira a estrutura da educação pública brasileira em todos os níveis (reorganização curricular, abertura para a iniciativa privada, centralidade das avaliações externas, restrição de financiamento público, etc.). Por isso, torna-se central investigar de que maneira o neoliberalismo se faz presente nas escolas públicas, em todos os seus níveis, inclusive o pedagógico, ainda que com uma roupagem progressista.

Para tanto, estruturamos este estudo da seguinte forma: 1 – o panorama atual da luta de classes e uma análise mais conjuntural do capitalismo e de suas contradições, junto de suas consequências para organização da classe trabalhadora, sobretudo no campo da disputa intersubjetiva; 2 – uma análise mais geral da educação pública e das movimentações mais recentes do capitalismo e seus ataques, tomando como ponto de análise a “Pedagogia das Competências” e seu pilar de sustentação nas políticas

educacionais contemporâneas, a Base Nacional Comum Curricular, e seus impactos no processo de formação da consciência da classe trabalhadora.

## **2 LUTA DE CLASSES E CRISE: A REAÇÃO BURGUESA À CRISE DO CAPITAL.**

O Modo de Produção Capitalista (MPC) passa por ciclos estruturais que são inerentes ao seu desenvolvimento (note-se que desenvolvimento aqui não tem o caráter apologético). Esses ciclos podem ser resumidos, a grosso modo, em duas grandes etapas que se sucedem com o passar do tempo (embora este tempo não possa ser definido *a priori*): uma etapa de alta no processo de acumulação em que há o crescimento das taxas de lucro, dos empregos, e há, ainda que de forma muito limitada, uma tímida melhoria na qualidade de vida de parte da classe trabalhadora, todavia, acompanhada de crescimento infinitamente superior da riqueza acumulada pela burguesia; o processo anterior resulta em superacumulação de capital que busca perpetuar o processo de reprodução ampliada, isto é, ampliar a lucratividade a fim de acumular cada vez mais capital a cada ciclo, e quando não se torna possível que isso ocorra dentro de determinadas condições sociais, culturais, políticas, econômicas, sobretudo estas últimas, caem as taxas de lucro, por obstruções no processo de reprodução ampliada, e entramos em um processo de crise do capitalismo.

Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor (CARCANHOLO, 2010, p. 01).

A conjuntura que vivemos é um momento dessa crise estrutural do capitalismo, cuja atual fase de produção/acumulação é comumente denominada de “neoliberalismo”. A crise estrutural da fase neoliberal do capitalismo se desenrola, pelo menos, desde 2008, cujo estopim foi a crise do mercado financeiro, em especial ligado à especulação imobiliária nos EUA. Não obstante, a crise de 2008 sucede um momento histórico de crescimento econômico durante a parte anterior da década de 2000.

Contudo, os momentos de crise longe de serem aberrações na dinâmica de produção e reprodução capitalistas, são, como vimos, momentos necessários, por isso, falamos em ciclos anteriormente. As crises são os momentos de “acerto” do processo de

acumulação capitalista que se torna inviável nas bases atuais. Assim, as crises são tanto momentos importantes de explosão das contradições do MPC, abrindo brechas para sua superação em decorrência da dinâmica da luta de classes diante da inevitabilidade de mudanças, quanto são momentos de reafirmação do poderio burguês e das estruturas capitalistas de reprodução socioeconômica.

As crises no capitalismo nada mais representam do que uma produção excessiva de capital frente às suas possibilidades de valorização e/ou de manutenção da lucratividade obtida até aquele momento. Produz-se capital em demasia em todas as suas formas, seja na forma mais perceptível, a forma monetária, mas também na forma produtiva (meios de produção) e na forma mercadoria (CARCANHOLO, 2010, p. 02).

Neste sentido, os abalos estruturais decorrentes da crise do capitalismo afetam todos os seus níveis e suas relações, e as suas contradições tornam-se cada vez mais explícitas, ou, minimamente, mais sensíveis aos sujeitos que sentem a permanente deterioração de suas condições de vida. Isso faz com que o capitalismo organizado a partir de sua classe dominante deva atuar dialeticamente em duas frentes fundamentais e complementares: a necessidade da recomposição de suas taxas de lucro e a luta política e social, a fim de afirmar-se enquanto classe dominante não apenas material, como espiritualmente, como Marx e Engels (2008) já alertavam.

A crise estrutural que vivemos é fruto das contradições do período neoliberal: a centralidade do capital fictício no processo de produção/acumulação de capital em uma economia financeirizada e desregulamentada; declínio do poder de consumo da classe trabalhadora por conta do desemprego, retirada de direitos trabalhistas e sociais, redução salarial, organização do trabalho novas formas de intensificação do trabalho, inclusive mediante novas maneiras de organização e relações, como a terceirização, pejetização, a informalização do trabalho, e, por fim, vemos o empreendedorismo, que, além desse escopo econômico, incorpora elementos ideológicos que veremos mais adiante.; estrangulamento da capacidade de investimento estatal, a partir do seu estrangulamento pela dívida pública, e, conseqüentemente, das decisões políticas a partir do consenso neoliberal sobre austeridade, gestão, etc.; fragilização das organizações de contraponto da classe trabalhadora, seja por sua incorporação ao ideário neoliberal, seja pela asfixia material da classe trabalhadora; ampliação do estoque da dívida externa, inclusive com um aumento da remuneração do rentismo via ampliação

dos juros, a fim de que haja sempre espaço remuneratório para o capital superacumulado (CARCANHOLO, 2010; MASCARO, 2018).

Os impactos desse processo para a classe trabalhadora são óbvios. Em primeiro lugar, ela sofrerá todos os impactos da ofensiva do capital na tentativa de elevar a taxa de mais-valia, o que já é sinalizado pelo aprofundamento das reformas neoliberais em previdência e nos campos trabalhista e sindical. Em segundo lugar, todo o ajuste das contas públicas - vociferado pelo pensamento conservador como única forma de sanear a atual fase da crise do capitalismo - significará a redução das escassas políticas públicas ainda praticadas, arrocho salarial e das condições trabalhistas no setor público, pressão por novas privatizações, redução de gastos e investimentos públicos, que, no limite, significam recessão e, portanto, desemprego, etc. (CARCANHOLO, 2010, p. 09).

No caso brasileiro, uma economia periférica de capitalismo dependente (MARINI, 2012), as consequências desse rearranjo a fim de restaurar e ampliar o processo de acumulação de capital engendra uma agudização de sua condição dependente, com os impactos da crise do capitalismo sendo ainda mais sentidos por sua classe trabalhadora. Os mecanismos de transferência de valor da periferia para o centro se acentuam, “exigindo do capitalismo periférico a maior elevação ainda das taxas de mais-valia para dar-lhe alguma dinâmica interna” (CARCANHOLO, 2011, p. 83).

O capitalismo dependente tem seu polo dinâmico da economia localizado no centro do capitalismo, o que faz com que sua economia esteja vinculada de forma subordinada aos interesses/necessidades das burguesias centrais. Neste caso, a categoria determinante para este processo é a de superexploração da força de trabalho, vista como uma categoria específica do capitalismo dependente.

A superexploração da força de trabalho, que redundará em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor, produz, na economia dependente, uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais, aprofundando uma característica já própria de qualquer economia capitalista (CARCANHOLO, 2013, p. 200).

Neste caso, as contradições do capitalismo que existem nas nações centrais do capitalismo são ainda mais explosivas nas nações de capitalismo dependente tendo em vista a configuração do processo de produção/acumulação a partir dos mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, são elementos constitutivos da condição de dependência, fatores ainda presentes e estruturantes:

a) superexploração da força de trabalho; b) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); c) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties etc.); d) alta concentração de renda e riqueza; e e) agravamento dos problemas sociais (CARCANHOLO, 2013, p. 200).

Logo, essa constelação de determinações próprias do capitalismo dependente resulta em profundas consequências em todos os níveis dessas sociedades, incluindo o campo da organização social, cultura, política, assim como da produção de ciência, conhecimento e tecnologia, o que não poderia deixar de incluir a educação. A dependência, então, estrutura-se

por um lado, por um processo produtivo subordinado, cuja organização do trabalho prescindia de avanços científicos, tecnologia, e, conseqüentemente, de uma classe trabalhadora possuidora de conhecimentos complexos; por outro, por um Estado que, como totalização política do capital, objetivava a viabilidade plena da dominação burguesa em uma sociedade miserável e, por isso, instável (CASTRO & OLIVEIRA, 2022, p. 313).

Essa ofensiva do capital obviamente irá produzir uma série de conflitos e atritos no cerne das relações sociais, resultando em um processo de agudização da luta de classes. Desse modo, governos de “concertação social”, ou conciliação de classes, que, na verdade, se convertem em verdadeiros gerentes do capital, apesar de seus vínculos históricos com a classe trabalhadora, como o caso do PT e de Lula, são mais facilmente golpeados por não engendrarem uma ruptura para com o *status quo* do capitalismo.

Esses governos, e os partidos da “esquerda liberal” que abdicam do horizonte socialista, promovem um paulatino apassivamento da classe trabalhadora, obstruem quando não extirpam o espaço da crítica radical/socialista ao capitalismo, tornando-o inevitável e contribuem para a difusão de uma consciência da classe trabalhadora cada vez mais conservadora e irracionalista. Essa situação assume contornos de ainda maior gravidade em países dependentes, tendo em vista sua condição própria de maior regressividade social, contradições mais explícitas, e caráter mais aberto da luta de classes.

Destarte, por mais que em comparação com governos de uma direita tradicional, ocorra uma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, ainda que bastante restrita e, mais limitada nos marcos da dependência, a revolta dos sujeitos para com a

deterioração de suas vidas é facilmente capturada por críticas pretensamente antissistêmicas de movimento fascistas e de extrema-direita, e a grande mídia consegue responsabilizar e moralizar a crise do capitalismo, a partir de críticas vazias à corrupção, etc. “Os indivíduos sofrem o capitalismo e culpam, por seu sofrimento, a ausência de fé, os governantes, os corruptos, os esquerdistas, os marxistas ou as imoralidades” (MASCARO, 2018, p. 25).

Com o desgaste óbvio do modelo de produção/acumulação neoliberal e junto com o conjunto das instituições que lhe sustentam, e diante da incapacidade de resposta dos setores liberais da esquerda, a classe trabalhadora se vê cada vez mais desarmada para as armadilhas ideológicas da burguesia. “A crise neoliberal tem o destino da liberal do início do século XX: se não se liberta e gera socialismo, cria fascismos” (MASCARO, 2018, p. 33).

A crise mundial do capitalismo que eclode em 2008 faz explodir de tal forma as contradições do capitalismo e erode o seu conjunto de instituições, seja pelas necessidades objetivas do processo de acumulação, seja pelo desgaste ideológico junto à classe trabalhadora, que torna possível a ascensão de regimes fascistas, o saldo eleitoral da extrema-direita, golpes, ditaduras, extremas instabilidades. Isso é comprovado pelo constante crescimento eleitoral de fascistas e demais movimentos de extrema-direita ao longo do mundo deixa isso bem claro: reabilitação do fujimorismo no Peru; a vitória e a quase reeleição de Trump nos EUA, mesmo com a tragédia no tratamento pandêmico; a vitória e permanência do partido conservador no poder nas Inglaterra; as sucessivas vitórias na Hungria e Polônia; duas quase vitórias eleitorais na França e a vitória dos fascistas na Itália; a ascensão eleitoral em países considerados desenvolvidos e com Estados de Bem-Estar social consolidados como Holanda, Suécia, Noruega e etc. (SILVA *et alii*, 2014).

Apesar de sua crise, o neoliberalismo teve bastante sucesso em sua “missão civilizatória” de produzir uma nova racionalidade, uma nova subjetividade: “[...] a política neoliberal deve *mudar o próprio homem*. E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 91, *grifos dos autores*). Assim, até chegar a esse momento grave de crise que vivemos, houve por, pelo menos quatro décadas, uma espécie de consenso neoliberal que incorporou gradativamente mesmo setores combativos da esquerda, como o PT no caso brasileiro.

A conjuntura do neoliberalismo de precarização das condições de vida da classe trabalhadora, junto da própria necessidade burguesa de intensificar a exploração da força de trabalho fragiliza os sujeitos da classe trabalhadora: o medo do desemprego, o aumento do caráter repressor do Estado, a vida e o valor balizada pela capacidade de consumir, gerando um medo de morte não apenas material, mas uma morte simbólica, social, causada pela ausência da capacidade de consumir, logo, de ser prestigiada e valorizada socialmente.

Foi esse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a “naturalização” do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 329, *grifos dos autores*).

Diante do quadro de total precariedade da vida da classe trabalhadora em virtude do período neoliberal e agravado com sua mais recente crise e as sucessivas ofensivas burguesas em prol da recomposição de suas taxas de lucro, torna-se condição *sine qua non* uma equivalente ofensiva ideológica.

É fundamental inculcar nos sujeitos a noção de que essa condição permanente de mudança e ausência de estabilidade são boas e fazem parte da vida. Consequentemente, há o crescimento da relevância de conceitos como “empregabilidade”, “polivalência”, “flexibilidade”, etc., dentre outros termos deste corolário que busca promover no sujeito exatamente esta incapacidade de pensar para além do presente, uma vida baseada no presentismo, sem planos e sem futuro, apenas na adaptação aos imperativos irracionais do capital (CASTRO, 2021, p. 39).

O movimento ideológico do capital foi o de inculcar em cada sujeito a mentalidade de que ele mesmo é um capital a ser valorizado, e que, por isso, deve correr riscos, viver em uma condição permanente de instabilidade, insegurança, e tendo a concorrência como princípio fundamental de suas relações. Reforça-se assim a condição individualista, extremamente pragmática e egótica de cada sujeito, enfraquecendo-o diante do caráter totalizante do capital.

Este sujeito cada vez mais egoísta, cujos vínculos sociais se encontram cada vez mais limitados e enfraquecidos, tendo que garantir a sua sobrevivência se encontra crescentemente suscetível às concepções de mundo mais pragmáticas, voltadas para a resolução individual e imediata de seus problemas. Além disso, suas próprias

perspectivas, esperanças e sonhos são rebaixados e adaptados às possibilidades ofertadas por este sistema empobrecedor, de modo que suas escolhas e prioridades tenham uma base de caráter cada vez mais imediatista, engendrando um círculo vicioso de pragmatismo e utilitarismo, que o torna mais egoísta e menos sensível às questões sociais mais amplas (CASTRO, 2021, p. 40)

Resulta disso todo um processo de reconfiguração de subjetividades que busca retirar/limitar qualquer possibilidade de crítica sistêmica, constituindo, na verdade, a internalização de toda revolta/crítica. Assim, a crítica social deve virar uma autocrítica a partir da “constatação” que não existe uma sociedade, mas sujeitos isolados, que, como capitais, devem vencer pelos seus “méritos”.

Ademais, outra característica desejável para os sujeitos é que, em vez de desenvolverem uma capacidade crítica e transformadora, tornem-se cada vez mais proativos em termos de uma adaptação à ordem posta. Reafirma-se um paradigma “darwinista social” em que “venceriam na vida” aquelas pessoas com maior capacidade de adaptação a uma realidade complexa e imprevisível, que aceitem e até mesmo desejem os riscos, desenvolvam uma “personalidade empreendedora”, por isso, “resiliente” (DARDOT E LAVAL 2016; CASTRO, 2021).

Para tanto, é produzido todo um arsenal de armas ideológicas de combate social por parte da burguesia cujo objetivo é exatamente a autorresponsabilização dos sujeitos. Livros de autoajuda, técnicas de “programação mental”, e toda sorte de terapias, além da medicalização para combater os “sentimentos negativos” e fazer o culto a uma positividade desarrazoada.

Diferentes técnicas, como *coaching*, programação neurolinguística (PNL), análise transacional (AT) e múltiplos procedimentos ligados a uma “escola” ou um “guru” visam a um melhor “domínio de si mesmo”, das relações com clientes e colaboradores, chefes ou subordinados. Todos têm como objetivo fortalecer o eu, adapta-lo melhor à realidade, torna-lo mais operacional em situações difíceis. Todos têm suas histórias, suas teorias, suas instituições correspondentes. O que nos interessa são os pontos que os unem. O primeiro aspecto é que todos se apresentam como saberes psicológicos, com um léxico especial, autores de referência, metodologias particulares, modos de argumentação de feição empírica e racional. O segundo aspecto é que se apresentam como técnicas de transformação dos indivíduos que podem ser utilizadas tanto dentro como fora da empresa, a partir de um conjunto de princípios básicos (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 339)

Isto posto, a construção e difusão em larga escala da racionalidade neoliberal é fruto de um enorme investimento por parte da burguesia e atinge todo o núcleo das relações sociais, destacando o papel cumprido nisso pelos grandes conglomerados midiáticos e também o papel do fundamentalismo religioso, não apenas cristão, mas reforçado por muitas “formas espiritualistas alternativas”.

Contudo, isso ainda não seria o suficiente, é necessário avançar na instituição responsável e com maior alcance junto aos filhos e filhas da classe trabalhadora e que, além disso, são uma barreira ao processo de acumulação capitalista. Assim, importa sobremaneira analisarmos as disputas que envolvem a educação pública, em especial o avanço do neoliberalismo nas escolas, que se espalha por todos os níveis da educação, a fim de aumentar a sua subordinação aos interesses/necessidades do capitalismo.

### **3 PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: O NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL E SUA RADICALIZAÇÃO VIA BNCC.**

Como dissemos anteriormente, se o MPC se encontra em uma crise estrutural, o conjunto de suas formas sociais (MASCARO, 2018) também irá sofrer abalos, em maior ou menor grau, retroagindo sobre o núcleo societário da forma-valor. Conseqüentemente, pela centralidade que a educação escolar possui para a formação social capitalista, não poderia ela passar incólume a esse processo de crise.

Na forma de um projeto de implementação de uma nova racionalidade, uma “contrarrevolução” em termos de sociabilidade, o neoliberalismo também precisou engendrar um processo educativo próprio, que deveria ter como finalidade a promoção das mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e afins necessárias para a superação da crise do capitalismo nos marcos do próprio capitalismo.

Assim, em termos estritamente econômicos, a escola deveria passar por um amplo processo de subordinação às diretrizes de mercado, visto se tratar de uma das últimas barreiras relativamente menos submetidas à lógica de valorização do valor a fim de contribuir com a reprodução ampliada de capital; em termos ideológicos, sociais e culturais é a difusão em larga escala por seus currículos, mecanismos de gestão, de uma subjetividade empresarial, cada vez mais individualista, pragmática, egoísta, acrítica e irracional.

Na dimensão mais estritamente pedagógica, a síntese neoliberal para a escola é a chamada “pedagogia das competências”, que possui como um de seus grandes

formuladores, ou, sistematizadores, Philippe Perrenoud. Ao contrário da concepção marxista de educação escolar, como espaço de sistematização do conhecimento científico socialmente produzido, Perrenoud (1999, p. 04) entende que o papel da escola é o treinamento de competências nos sujeitos, definindo-as como:

[...] uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos.

Se para nós, o conhecimento científico em termos de orientação da práxis, como mecanismo de compreensão efetiva e objetiva da realidade, é o cerne da atividade educativa, para Perrenoud, e, sendo assim, para a proposta de educação do/para o capital, o conhecimento científico fica em segundo plano como um “recurso cognitivo complementar”. Dessa forma, a competência tem um aspecto eminentemente prático, secundarizando o papel do conhecimento, visto como recurso complementar e restrito a uma dimensão “teórica”.

“As competências estão no fundamento da flexibilidade dos sistemas e das relações sociais” (PERRENOUD, 1999, p. 10). Aqui, assim como o conjunto das ideologias burguesas, Perrenoud procede com uma idealização da competência, colocando-a numa ordem de imanência em relação ao ser humano, a fim de justificá-la, junto com outro elemento a flexibilidade, como algo positivo.

Todo o processo de precarização da vida, das relações e condições de trabalho vistas acima, a intensificação do trabalho, a necessidade de buscar meios outros para garantir o mínimo de sua sobrevivência, tudo isso é visto como “oportunidade” de desenvolver nos sujeitos uma flexibilidade e capacidade de se adaptar, reforçando a meritocracia como ferramenta ideológica.

O que se pode entender do horizonte teórico-político de Perrenoud acerca das competências: 1 – parte da cisão teoria/prática, colocando o conhecimento como um mero aspecto teórico desprovido de inserção na prática da vida dos sujeitos; 2 – subjetiva o conhecimento, coloca-o como mera representação em detrimento ao seu aspecto objetivo (captura dos momentos reais da realidade); 3 – hipervaloriza os aspectos da prática, mas não da prática social, e sim da prática individual, um empirismo praticista; 4 – em nenhum momento, visa-se a prática social dos sujeitos, em especial uma prática social transformadora, o sujeito é visto de forma isolada (o sujeito

liberal abstrato), como mero mote de adaptação às “situações novas da realidade”, o que justifica o contexto da “reestruturação produtiva”.

Por fim, mas não menos importante, Perrenoud defende uma “revolução cultural” nas escolas a fim de garantir a proposta pedagógica das competências, descaracterizando o ensino enquanto dimensão do processo e do trabalho educativo propriamente dito, para o treinamento ou *coaching* utilizando termos mais contemporâneos. “A formação de competências exige uma pequena “revolução cultural” para passar de uma lógica do ensino para uma lógica do treinamento (*coaching*)” (PERRENOUD, 1999, p. 59). É a defesa do *coaching*, das abordagens rápidas e práticas, imediatas e pragmáticas, em vez de uma análise ampla da situação. É o ensino *versus* o treinamento, o ensino seria algo superado, teórico, descolado da realidade, enquanto o treinamento, este sim, seria adequado.

O professor Newton Duarte faz uma precisa crítica às pedagogias burguesas cujo epicentro está nas competências, e na “revolução cultural” proporcionada pelo neoliberalismo em termos de condições de vida, trabalho, e, conseqüentemente, de estudo.

Trata-se de preparar os indivíduos, formando neles as competências necessárias à condição de desempregado, [...]. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (DUARTE, 2003, p. 12).

Apesar de aparentar ser uma proposta restrita inicialmente ao aspecto pedagógico, a pedagogia das competências abre espaço para um conjunto de processos de privatizações e ataques a direitos sociais e trabalhistas. A proposta sistematizada por Perrenoud almeja inclusive cortar custos da educação pública a pretexto de deixá-la mais eficiente, fazendo coro a toda sorte de perspectiva privatista.

Em cada sociedade desenvolvida, a opinião pública e a classe política não estão mais dispostas a somente apoiar o crescimento sem fim dos orçamentos da educação, mas também exigem a prestação de contas,

querem uma escola mais eficaz, que prepare melhor para a vida sem, por isso, custar mais caro (PERRENOUD, 1999, p. 14).

Uma escola mais eficaz, preparando melhor, e sem custar caro, isto é, com profissionais com uma remuneração pior, sem investimentos em infraestrutura, mas com uma maior eficácia, este é o cerne da proposta da Perrenoud.

Essa proposta corresponde em todos os níveis e dimensões aos postulados do neoliberalismo, tanto de suas necessidades ideológicas e epistemológicas, esvaziando o processo formativo do mínimo que ainda havia de conhecimentos científicos; quanto de suas necessidades financeiras, a propósito de deixar a escola mais eficiente restringir os seus investimentos, os recursos necessários para remuneração de trabalhadores e trabalhadoras da educação, em especial docentes, limitando o necessário para a infraestrutura, além de abrir espaço para uma participação cada vez mais ostensiva da iniciativa privada.

Outrossim, a restrição de recursos públicos é determinante para que haja a sua entrega, por outro lado, para o rentismo privado de acordo com os mecanismos das dívidas públicas dos Estados, assim como de propiciar que haja o aumento da remuneração da iniciativa privada e seus esquemas de corrupção em outros “serviços” já prestados para o poder público. A intensificação da drenagem de recursos estatais por parte do capital é fundamental para conceber reprodução ampliada necessária à existência do capitalismo. É um duplo movimento do capital: reduzir os orçamentos da educação pública, e, intensificar esse quadro de falência mediante aumentos de repasse para a iniciativa privada.

No Brasil, enquanto um país de capitalismo dependente, assentado nos limites da superexploração do trabalho com tudo o que isso implica, como, por exemplo, o deslocamento progressivo dos centros de desenvolvimento de conhecimento, tecnologia e ciência para os países centrais, a situação da educação também se agrava. Agudiza-se o quadro de “dependência educacional”, defina da seguinte maneira por Castro e Oliveira (2022, p. 314):

expropriar da classe trabalhadora o direito ao acesso de conhecimentos científicos basilares em decorrência da condição de dependência; atuação educacional voltada principalmente para a construção de comportamentos e coerção de qualquer possibilidade de crítica por parte dos trabalhadores, utilizando-se da educação escolar como instrumento de contrarrevolução preventiva; estrangulamento dos orçamentos públicos destinados à educação pública tendo em vista a necessidade da burguesia local para com o fundo público, o que não

impede de aumentar os aportes financeiros no setor privado, seja diretamente, seja por meio de PPPs.

Por isso, apesar de ganhar “protagonismo” nos debates educacionais brasileiros, pelo menos, desde a década de 1990, a pedagogia das competências torna-se central na reestruturação das políticas educacionais ao longo da última década, de 2010, inclusive como o principal pilar da política educacional mais relevante das décadas passadas, a Base Nacional Comum Curricular. A BNCC, que é o guarda-chuva das demais políticas educacionais em todos os níveis (formação docente, currículos, avaliações, etc.), parte da premissa justamente de reestruturação dos currículos, outrora centrados em conhecimentos, para uma estrutura de competências.

Não é coincidência que um debate que já datava da década de 1990, assumia tal centralidade na década de 2010, e que esse período seja justamente quando a crise do capitalismo seja sentida em maior intensidade no Brasil enquanto nação periférica. O agravamento do quadro societário da periferia, a irrupção de uma crise social, faz com que, mesmo as menores concessões à classe trabalhadora tornem-se inadmissíveis para o capital, e que haja uma ofensiva contrarrevolucionária da burguesia a fim de obstaculizar qualquer tipo de horizonte transformador do *status quo* em um processo que culminou no Golpe contra a Presidenta Dilma, e na ascensão da alternativa fascista de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais subsequentes.

Por isso, as competências superam um caráter mais prescritivo dos documentos anteriores como os Parâmetros Curriculares Nacionais, oriundos da década de 1990, e assumam a obrigatoriedade presente na BNCC, incorporando uma determinação curricular mais ostensiva, junto com outras mudanças centrais, como a Contrarreforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017a). Em uma conjuntura ainda mais grave em um país de capitalismo dependente, cenário de intensiva precarização das condições de vida, faz com que seja condição *sine qua non* o investimento ideológico burguês para que o capitalismo possa se manter sem que haja uma situação generalizada de revolta antissistêmica.

Como ressaltamos em um momento anterior, o fato havermos derrotado eleitoralmente o movimento fascista personificado por Jair Bolsonaro, não significa podermos abdicar do estado permanente de organização e mobilização, já que boa parte dessas políticas fora gestada durante o governo PT, como a própria BNCC. A Base já constava no Plano Nacional de Educação do decênio 2014-24, já tinha iniciado sua

discussão no primeiro semestre de 2015, ainda no Governo Dilma. Essa discussão já era capitaneada por setores da burguesia, que formaram um “Movimento pela Base Nacional”, composto pelas instituições a seguir:

ABAVE (Associação Brasileira de Avaliação Educacional); CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Educação Comunitária); CEDAC (Comunidade Educativa); CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação); Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Todos pela Educação; UNIDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) (RODRIGUES, COUTINHO, 2017, p. 894).

A participação de toda *intelligentsia* burguesa só revela a centralidade dessa política educacional para os rumos do capitalismo brasileiro, e de seu caráter necessário para a perpetração do MPC. E isso explica a razão de a burguesia ter continuado a investir na BNCC enquanto política de Estado após o Golpe contra Dilma.

A grande diferença da BNCC em discussão durante o Governo Dilma para o governo golpista de Temer foi o processo de “discussão” em que havia uma abertura maior durante o período petista para uma “participação” ainda que restrita e limitada a aspectos mais superficiais do texto, produzindo uma aparência e sensação de maior democracia. Possibilita-se a discussão do que é menor enquanto os pontos estruturantes deveriam ficar intocados.

Legalmente, a BNCC “[...] define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens essenciais* que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2017b, p. 07). A substituição do direito à educação por “aprendizagens essenciais” diz muito mais que uma mera troca lexical: compartimenta o processo educativo de ensino-aprendizagem, eclipsando o aspecto do ensino, logo, o trabalho de quem ensina em prol de uma presença exclusiva da dimensão da aprendizagem. Isto significa que pode existir aprendizagem sem ensino, ou seja, torna desnecessário o trabalho docente, e, com isso, executa todos os postulados já apontados da “pedagogia das competências”.

A BNCC não possui implicações apenas de escopo pedagógico, como se isso já não fosse o suficiente, mas também abarca todas as dimensões da educação. Para tanto, almeja “contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de

conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura” (BRASIL, 2017b, p. 08).

É um processo atrelado à difusão de toda uma lógica empresarial, a partir da centralidade das competências, que proporcionam o necessário escopo para avançar na privatização da educação, dismantlar toda a educação pública, retirando direitos e condições de estudo e trabalho. Tudo isso mediante a difusão de uma lógica permanente de testagem, controle, certificação, a fim de garantir a eficiência já propalada por Perrenoud nos anos 1990, afetando sobremaneira os mecanismos de financiamento da educação e sua subsunção aos interesses privados.

Ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. Ou seja, com o crescente desemprego e a conseqüente diminuição do trabalho formal, o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível”. Por outro lado, essa concepção de currículo presente na Base corresponde também à expectativa do desenvolvimento de uma certa “capacidade” que os alunos devem ter para responder aos famosos testes padronizados, que dominam o sistema de avaliação institucional brasileiro e que são o instrumento de implantação de uma gestão por resultados com a responsabilização da ponta do sistema – redes municipais, escolas e professores -, pelo desempenho escolar, tirando a obrigação do Estado e estimulando, por meio da chamada “gestão democrática”, as parcerias com os agentes privados, ou mesmo a transferência de redes inteiras para a gestão das chamadas Organizações Sociais – OS (MARSIGLIA *et al.*, 2017, p. 119).

É a necessidade de difundir nas escolas e por meio das escolas todo um ideário extremamente conservador e irracionalista a partir do culto ao capitalismo por meio do empreendedorismo em todos os seus níveis. Todas as pessoas envolvidas no trabalho educativo devem se tornar empreendedoras, não apenas estudantes, mas o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras envolvidas: oferta de projetos junto à iniciativa privada para aumentar uma remuneração cada vez mais defasada; contratos temporários e precários, inclusive contratação de docentes mediante processos licitatórios; escolas de gestão privada, como as charter, sendo licitadas; oferta de bônus remuneratórios a partir de mecanismos “meritocráticos” com sua mensuração mediante avaliações externas, etc.

São diversos mecanismos estruturantes que correspondem não apenas aos determinantes mais gerais de um capitalismo em crise, mas também às necessidades

específicas de um capitalismo dependente. Abdicar por completo da escola enquanto local de difusão do conhecimento científico e tecnológico sistematizado pela humanidade tem relação tanto com empobrecimento da capacidade de a classe trabalhadora compreender a sua realidade e, com isso, conseguir transformá-la; quanto com a desnecessidade de ter aqui, de forma soberana, a produção de ciência e tecnologia, que deve se restringir ao centro do capitalismo.

Apesar de as competências caminharem em larga escala ao longo do mundo enquanto proposta pedagógica hegemônica, o quadro que ensejam em um país de capitalismo dependente torna-se ainda mais grave em termos de estruturação das escolas, por conta das condições estruturantes de capitalismo dependente. Assim, o esvaziamento da educação escolar é ainda mais grave e a sua precarização torna-se ainda mais intensiva, e isso se converte em uma tendência própria do capitalismo dependente em sua particularidade concernente à totalidade do MPC.

É por isso que a educação pública brasileira caminha a passos largos em direção às necessidades do capitalismo, reconfigurando-se para atender seus imperativos de acumulação em meio a um contexto de imensa precarização da vida da classe trabalhadora. E esse é um cenário que não deve ser alterado por iniciativa do novo governo, Lula III, tendo em vista que as mesmas pessoas que atuaram na elaboração das políticas educacionais em vigor, afinizadas com as demandas do capital, ocupam postos privilegiados na definição dos rumos da educação brasileira no governo, como o Grupo de Transição da pasta da educação já explicitou.

#### **4 CONCLUSÃO.**

Em última análise, compreender a educação implica em compreender o contexto, os limites e contradições da estrutura societária em que ela se encontra, suas determinações. Por mais que haja um espaço relativamente autônomo que garanta a existência da educação enquanto forma social, não é possível trata-la de forma autonomizada e isolada do conjunto das questões sociais e, muito menos, trata-la como mera extensão do MPC, desprovida de contradições próprias.

Enquanto forma social derivada da forma-valor, a educação será atravessada e constituída pelos limites próprios da sociabilidade capitalista, e seus espaços internos de disputa serão igualmente limitados até aquilo que estabeleça uma ruptura para com os limites do próprio capitalismo. Por isso, a investigação dos fenômenos sociais

educacionais não podem ocorrer com base em idealismo ingênuo, que coloca na escola o papel de redentora de todas as chagas sociais, ou apelar pros discursos fáceis, de que a solução para as contradições capitalistas devem ser resolvidas pela panaceia da educação.

Não há mecanismos para resolver as questões educacionais sem que se resolva as questões da estrutura societária em que a educação se encontra, logo, o problema não está necessariamente na educação, mas na educação necessária para a perpetração do Modo de Produção Capitalista. No caso brasileiro, a situação é ainda mais dramática tendo em vista que é uma educação estruturada pelo capitalismo dependente, logo, uma “educação dependente”.

E é nessa quadra histórica de crise do capitalismo associada aos limites e contradições do capitalismo dependente, que a classe trabalhadora brasileira se encontra hoje, e, por isso, é extremamente fundamental conjugar as lutas educacionais às lutas por mudanças sociais mais amplas, isto é, as lutas por melhorias na educação devem ser intimamente articuladas a um horizonte de ruptura em direção a uma sociedade socialista.

Combater a BNCC, as formas educacionais burguesas, como a pedagogia das competências, sem que haja o necessário combate à ordem capitalista que a produz, implica em substituí-la, no limite, por novas formas burguesas, que irão manter o horizonte de subordinação da classe trabalhadora aos interesses do capital.

Por fim, é fundamental aproveitar a janela histórica de desgaste temporário da alternativa fascista promovido pela derrota eleitoral de Bolsonaro para avançar na luta de classes, organizar e mobilizar a classe trabalhadora com pautas fundamentais aos nossos interesses a fim de que seja possível caminhar rumo ao socialismo, e, superarmos, definitivamente a barbárie em que nos encontramos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017a. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 16/02/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio**. Portaria nº 1570, Diário Oficial da União de 21/12/2017. 2017b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category\\_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 25/02/2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**. 4, n. 6, ag. 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. Pg 73-84. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria da dependência. **Revista Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013

CASTRO, Matheus Rufino. Conservadorismo e irracionalismo: o bolsonarismo enquanto reação do capital à sua crise estrutural. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, v. 30, n. 03, p. 33-49, set./dez. 2021.

CASTRO, Matheus Rufino; OLIVEIRA, Isabela Felipe de. “Mudar para que tudo fique como está”: a reforma do ensino médio e o aprofundamento da dependência educacional no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.1, p.309-330, abr. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. ECHALAR, M. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Pg. 5-16 In: DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinicius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abril 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti. Apontamentos sobre educação e trabalho no Brasil contemporâneo: aspectos da contrarreforma educacional. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 886-905, jul./set. 2017.

SILVA, Adriana Brito da.; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014.

